

Arquitetura e reinserção social: contribuições para a população em situação de rua em Campo Mourão.

Maria Eduarda Rodrigues Chefer, Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Integrado, Brasil

Rebecca Bathke, Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Integrado, Brasil

Ericka Alline Bine Razera, Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Integrado, Brasil, ericka.razera@grupointegrado.br

INTRODUÇÃO

A população em situação de rua compõem uma das expressões mais evidentes da desigualdade socioespacial nas cidades contemporâneas, sendo gerada por uma série de fatores estruturais como o desemprego, a extrema pobreza, a ruptura dos vínculos familiares, a dependência química e as políticas públicas fracas. Observa-se no cenário brasileiro, o crescimento exponencial da desta população, com dados indicando mais de 280 mil pessoas vivendo em tal condição, com isso evidenciando uma crise social persistente (MINAYO; GUALHANO, 2024).

A situação de rua, além de caracterizar um estado de vulnerabilidade, expõe a privação de direitos básicos como acesso à moradia, saúde e assistência social, tratando-se de uma falha estrutural mais ampla do que o contexto individual. Diante desse cenário, a cidade reflete as desigualdades e as reproduz. A cidade limita o acesso de determinados grupos aos espaços urbanos e reforça o processo de exclusão (KALB; SILVA, 2020).

Desta forma, a população em situação de rua cria suas próprias formas de habitar e ocupar a cidade. Utilizando-a como meio de sobrevivência e de adaptação às condições impostas pela realidade social. Dessa forma, esses indivíduos participam da vida urbana de forma ativa, embora sua inserção aconteça de maneira vulnerável e muitas vezes à revelia do olhar do público (FRACAL, 2014).

No município de Campo Mourão, localizado no estado do Paraná, observa-se um crescimento expressivo da população em situação de rua nos últimos anos. Dados levantados indicam que, em 2019, havia cerca de 10 pessoas em situação de rua fixa no município. Em 2025, esse número subiu para aproximadamente 50 pessoas em situação de rua, representando um aumento significativo. Além disso, somente no primeiro trimestre de 2025, 343 pessoas foram atendidas, número que chegou a 609 atendimentos até o mês de agosto, totalizando mais de 2.000 atendimentos realizados por serviços como o Centro POP (CAMPO MOURÃO, 2025).

É notório, que apesar de equipamentos de apoio como o Centro POP e

as casas de acolhimento, os serviços ainda trabalham de forma emergencial e fragmentada. Soma-se ao fato que a arquitetura dos locais costuma ser improvisada ou impessoal e não considera as necessidades específicas do público, resultando em ambientes que não geram identificação ou acolhimento real. Essa desarticulação espacial gera baixa adesão e não retorno dos usuários. Essa realidade deixa claro que a reabilitação social não pode contar apenas com acolhimento imediato, sendo necessária uma infraestrutura que garanta dignidade e autonomia aos usuários. Nesse sentido, os princípios de humanização do espaço urbano e de “cidades para pessoas” (GEHL, 2013), aliados à compreensão da exclusão socioespacial (KALB; SILVA, 2020), indicam a necessidade de repensar equipamentos como o Centro POP de Campo Mourão, de forma a torná-los mais acolhedores, integrados e eficazes no processo de reinserção social.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar como a arquitetura pode contribuir para a reinserção social da população em situação de rua, propondo diretrizes arquitetônicas voltadas à inclusão, acolhimento e dignidade, com foco na realidade do município de Campo Mourão.

MÉTODO

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e quantitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise de dados secundários. Esse método permite a análise de estudos previamente publicados, possibilitando uma compreensão aprofundada do fenômeno investigado.

Foram utilizados como base artigos científicos disponíveis em bases como SciELO e Google Acadêmico, além de documentos institucionais e dados locais referentes à população em situação de rua no município de Campo Mourão. A coleta de dados contemplou informações quantitativas, relacionadas ao crescimento da população em situação de rua a partir de dados institucionais do município de Campo Mourão, e qualitativas, voltadas à análise das condições urbanas e dos equipamentos existentes, obtidas por meio da revisão de literatura.

A análise foi realizada de forma interpretativa, por meio da correlação entre os dados quantitativos levantados e os referenciais teóricos, buscando identificar relações entre o crescimento da população, a organização do espaço urbano e as possibilidades de intervenção arquitetônica. Dessa forma, buscou-se compreender como a arquitetura pode atuar como ferramenta de transformação social, contribuindo para a inclusão e a reinserção de populações vulneráveis.

REVISÃO DE LITERATURA

A população em situação de rua deve ser compreendida como resultado de processos estruturais de exclusão social, associados à desigualdade econômica, ao trabalho precário e à insuficiência de políticas públicas. Esse fenômeno não pode ser analisado de forma isolada, pois reflete dinâmicas históricas e sociais que contribuem para a marginalização de determinados grupos no espaço urbano

(CARVALHO, 2012).

Nesse contexto, o espaço urbano não se configura como um elemento neutro, mas como produto das relações sociais, econômicas e políticas que o constituem. A cidade tende a privilegiar determinados grupos, enquanto outros enfrentam dificuldades no acesso a serviços, infraestrutura e espaços públicos, evidenciando um processo de segregação socioespacial (SOUZA, 2010).

A população em situação de rua insere-se nesse cenário de forma vulnerável, ocupando espaços muitas vezes invisibilizados ou marginalizados. Esses indivíduos desenvolvem estratégias próprias de sobrevivência, apropriando-se da cidade de maneira funcional, ainda que precária, o que revela uma relação complexa entre exclusão e pertencimento (FRACAL, 2014).

Além disso, práticas urbanas e arquitetônicas contribuem diretamente para a manutenção dessa exclusão. A chamada arquitetura hostil, por exemplo, consiste na criação de elementos que dificultam ou impedem a permanência de pessoas em determinados espaços, reforçando a segregação e o afastamento social. Tais estratégias evidenciam como o ambiente construído pode ser utilizado como instrumento de controle social (MACHADO; LEHFELD, 2024).

Outro aspecto relevante refere-se às condições de saúde e bem-estar da população em situação de rua. A dificuldade de acesso a serviços básicos, especialmente na área da saúde, compromete significativamente as possibilidades de recuperação e reinserção social. A ausência de políticas públicas integradas agrava esse cenário, perpetuando ciclos de vulnerabilidade (SOUZA et al., 2024).

A relação entre população em situação de rua e espaço urbano exige a formulação de estratégias que considerem tanto aspectos sociais quanto espaciais. A forma como os espaços são planejados pode influenciar diretamente a permanência, o uso e a apropriação por diferentes grupos sociais (HONORATO; SARAIVA, 2016).

A arquitetura, portanto, assume um papel fundamental como instrumento de transformação social. Ao promover espaços mais inclusivos, acessíveis e humanizados, pode contribuir para a redução das desigualdades e para a valorização da dignidade humana. Ambientes planejados com foco na escala humana favorecem a interação social, o sentimento de segurança e o bem-estar dos usuários (GEHL, 2013).

Além disso, a qualidade do ambiente construído está diretamente relacionada ao sentimento de pertencimento. A ausência de espaços adequados contribui para o enfraquecimento dos vínculos sociais e da identidade dos indivíduos, enquanto ambientes acolhedores podem favorecer processos de reinserção social e reconstrução de trajetórias (GEHL, 2013).

Outro fator importante refere-se à integração dos espaços urbanos. A fragmentação dos serviços e a falta de articulação entre diferentes funções dificultam o acesso da população em situação de rua a recursos essenciais. Nesse contexto, pensar a arquitetura de forma integrada ao tecido urbano e às políticas públicas amplia seu potencial de atuação como ferramenta de inclusão social (SOUZA, 2010).

A humanização dos espaços também se destaca como diretriz fundamental, envolvendo aspectos como conforto ambiental, iluminação natural, ventilação adequada e organização espacial. Esses elementos contribuem não apenas para o bem-estar físico, mas também para a construção de ambientes que promovam dignidade e respeito aos usuários (GEHL, 2013).

Diante desse cenário, a arquitetura pode atuar como instrumento de transformação social, contribuindo para a criação de espaços mais inclusivos, acessíveis e humanizados. Para isso, é fundamental considerar diretrizes que promovam acolhimento, dignidade e integração social (HONORATO; SARAIVA, 2016).

Entre essas diretrizes, destacam-se

- **Acolhimento e moradia temporária:** dormitórios organizados de forma a garantir privacidade e segurança;
- **Espaços de higiene e alimentação:** fundamentais para a dignidade humana;
- **Atendimento psicossocial e de saúde:** salas destinadas a acompanhamento psicológico e encaminhamento médico;
- **Oficinas de capacitação profissional:** geração de renda e autonomia;
- **Áreas de convivência e integração social:** promover o fortalecimento de vínculos;
- **Espaços externos e paisagismo terapêutico:** contribuir para bem-estar físico e mental.

Assim, a arquitetura deixa de ser apenas suporte físico e passa a atuar como agente ativo na promoção da inclusão social e na melhoria da qualidade de vida de populações vulneráveis (GEHL, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise feita neste trabalho mostra que o crescimento da população em situação de rua em Campo Mourão precisa de soluções mais amplas e bem estruturadas. As soluções precisam ir além do caráter de emergência das políticas que existem hoje.

Neste contexto, a arquitetura tem um papel fundamental na construção de cidades mais inclusivas, podendo contribuir diretamente para a reinserção social por meio de soluções concretas. Entre elas, destacam-se a criação de dormitórios com maior privacidade e segurança, espaços adequados de higiene e alimentação, ambientes destinados ao atendimento psicossocial, áreas de convivência que favoreçam o fortalecimento de vínculos e espaços para capacitação profissional. Além disso, a integração desses ambientes ao tecido urbano e a presença de áreas externas com qualidade ambiental podem contribuir significativamente para o bem-estar e a permanência dos usuários nos serviços. A arquitetura pode oferecer não só abrigo, mas também dignidade, sentimento de pertencimento e uma qualidade de vida melhor. Quando a arquitetura cria espaços humanizados, ela ajuda a refazer caminhos e a valorizar cada indivíduo. E ao considerar essas diretrizes voltadas à humanização dos espaços e a integração urbana, torna-se possível pensar em soluções mais eficazes para o atendimento dessa população

Por fim, destaca-se a importância de aprofundar estudos sobre o tema, especialmente no que se refere à relação entre espaço urbano, arquitetura e inclusão social, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias mais adequadas às realidades locais.

PALAVRAS-CHAVE: População em situação de rua. Arquitetura social. Reinserção social. Espaço urbano. Inclusão social.

AGRADECIMENTOS: Gostaríamos de agradecer a Professora Orientadora Ericka Razera, que tem nos orientado com seu entendimento e domínio sobre a Arquitetura e o Urbanismo

REFERÊNCIAS

CAMPO MOURÃO. Prefeitura Municipal. **Dados sobre população em situação de rua e atendimentos do Centro POP.** Campo Mourão, 2025.

CARVALHO, M. **Vulnerabilidade social e políticas públicas.** 2012.

FRACAL. **Modos de vida da população em situação de rua.** 2014.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

HONORATO, B.; SARAIVA, L. **População em situação de rua e espaço urbano.** 2016.

KALB, A.; SILVA, M. **Direitos fundamentais e população em situação de rua.** 2020.

MACHADO, L.; LEHFELD, N. **Arquitetura hostil e exclusão social.** 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUALHANO, L. **População em situação de rua no Brasil.** 2024.

SILVA, R. et al. **Arquitetura hostil e controle do espaço urbano.** 2025.

SOUZA, J. **Espaço urbano e desigualdade social.** 2010.

SOUZA, J. et al. **Acesso à saúde da população em situação de rua.** 2024